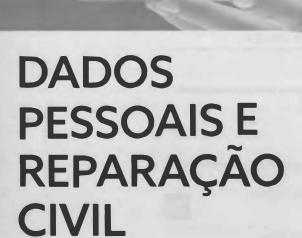
EDUARDO LUIZ BUSATTA



COLEÇÃO
DIREITO
PRIVADO
ORGANIZADOR
FLÁVIO TARTUCE



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 18.04.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
 Copyright © 2024 by
 Editora Forense Ltda.
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar
 Rio de Janeiro RJ 20040-040
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B925d

Busatta, Eduardo Luiz

Dados pessoais e reparação civil/ Eduardo Luiz Busatta; organização Flávio

Tartuce. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2024.

352 p.; 23 cm.

(Direito privado)

Inclui bibliografia ISBN 978-85-3099-513-3

 Direitos fundamentais - Brasil. 2. Proteção de dados. 3. Reparação (Direito). I. Tartuce, Flávio. II. Título. III. Série.

24-89264

CDD: 343.45:342.721(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO				
1	DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS			
	1.1	Transformação digital, sociedade e direito	16	
	1.2	Alguns elementos históricos estruturantes do direito à proteção de dados pessoais	30	
	1.3	O novo direito fundamental à proteção de dados pessoais	39	
	1.4	Conteúdo e objeto do direito fundamental à proteção de dados pessoais	48	
	1.5	Arquétipos legais na/da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709) como salvaguardas constitucionalmente adequadas – essência do direito fundamental à proteção de dados pessoais	57	
	1.6	Dimensão subjetiva e dimensão objetiva do direito fundamental à proteção de dados pessoais	78	
	1.7	A função de irradiação dos direitos fundamentais e a busca da resposta constitucionalmente adequada	84	
2		COS, PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO NO TRATAMENTO DE DOS PESSOAIS	109	
	2.1	Sociedade de risco	109	
	2.2	Riscos decorrentes do tratamento de dados pessoais	114	
	2.3	Fundamentação constitucional dos deveres de precaução e prevenção	131	
	2.4	Do protagonismo do consentimento ao protagonismo do risco	144	
	2.5	O risco e o caráter preventivo (em sentido amplo) da LGPD	151	
	2.6	Ferramentas específicas de prevenção (lato sensu) na LGPD	166	
	2.7	A abordagem baseada em risco e os deveres de prevenção (lato sensu) na LGPD: a necessária correspondência entre o grau de risco e a extensão dos deveres respectivos	174	

•		TAMENTO DE DADOS PESSOAIS	191	
	3.1	A reparação de danos decorrentes do tratamento de dados pessoais: análise crítica do estado da arte	192	
	3.2	A antijuridicidade na conduta do agente de tratamento de dados	200	
	3.3	A antijuridicidade e o dever de reparar danos	208	
	3.4	A responsabilidade por danos em matéria de proteção de dados pessoais entre a abstração e a concretude	219	
	3.5	A(s) interação(ões) entre prevenção e reparação de danos	236	
	3.6	Das medidas de redução do risco e sua relevância para fins de responsabilidade de reparar os danos: a função promocional do direito de danos.	242	
	3.7	A hermenêutica adequada à Constituição em matéria de riscos e		
		danos decorrentes da atividade de tratamento de dados pessoais	254	
CONCLUSÃO				
REFERÊNCIAS				